

## **Canal da Cidadania: Espaço para Comunicação Horizontal e Dialógica<sup>1</sup>**

Cinthy Pires Oliveira<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense - UFF

### **Resumo**

A cidade é o espaço político, econômico e social. Representa o lugar onde a comunicação pode ocorrer de modo horizontal e dialógico com mobilizações voltadas para a disseminação cultural e a reflexão sobre o desenvolvimento local. No entanto, no competitivo cenário midiático do século XXI, mesmo com todos os instrumentos proporcionados pelas TICs, ainda é preciso avançar para a valorização da comunicação comunitária, de modo a privilegiar o debate, a justiça social, a cidadania e o pensamento crítico. Nesta perspectiva, o atual momento de implantação do Canal da Cidadania, TV Comunitária em sinal aberto digital, é oportuno para abordar sua atuação a partir de reflexões cotidianas e rupturas como mecanismos de resistência. Este artigo faz parte de uma pesquisa ampliada sobre a implantação do Canal da Cidadania.

**Palavras-chave:** Canal da Cidadania; TV Comunitária, esfera pública; tecnologia;

### **Introdução**

Com a regulação do Canal da Cidadania<sup>3</sup> e consequente transmissão de canais comunitários através de sinal aberto digital, novas perspectivas são trazidas para o segmento. Trata-se de momento relevante para discutir perspectivas e otimizar possibilidades para a sólida construção da TV Comunitária. Tendo como referência a observação de Peruzzo (2007, p. 153), entendemos que “processos de comunicação comunitária são dinâmicos e às vezes retrocedem na participação popular e consequentemente democratização”.

Por isso, análise cuidadosa do cenário deve ser realizada com o objetivo de nortear estratégias para ampliar a participação da comunidade tanto nos processos de produção e gestão do canal, como no envolvimento com o conteúdo disseminado. A partir desse entendimento, o Canal da Cidadania poderá contribuir para a revitalização da vida cotidiana ao proporcionar espaço para o debate, o desenvolvimento da cidade, o fortalecimento da justiça social e a construção da cidadania, conforme previsão constitucional para práticas democráticas na comunicação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, e-mail: [cinthyaoliveira@id.uff.br](mailto:cinthyaoliveira@id.uff.br)

<sup>3</sup> Decretos 5.820/2006 e 7.670/2012. Com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, foi provisionado espaço para a TV Comunitária em TV Aberta Digital - o Canal da Cidadania.

No caso da decisão sobre o sistema de TV Aberta Digital (DTV<sup>4</sup>), o envolvimento pleno da sociedade nas discussões foi insipiente, sem a devida abertura para fóruns e a disseminação de explicações sobre o real impacto na vida da população (CRUZ, 2008). Como também é afirmado por Bolaño e Brittos (2007, p. 285), trata-se de “tradição brasileira de não incorporação da sociedade civil na discussão e na gestão das mídias”. Enquanto esta prática arbitrária é recorrente em aplicações de leis que envolvem os mais diversos campos sociais, justamente discursos e realidades são construídos através da comunicação. Desta forma, grupos hegemônicos (no sentido proposto por Gramsci) desenvolvem estratégias para perpetuar o controle sobre os meios massivos e tentam sufocar alternativas comunitárias, evitando a promoção de mecanismos de resistência ou intervenções norteadas por movimentos sociais.

Portanto, a comunidade deve estar preparada para enfrentar todos os desafios da “sereia” que dedilha a harpa recitando vantagens tecnológicas do novo sistema de transmissão com promessas de democratização da mídia, embora pouco explícitas sejam as consequências advindas do modelo econômico-político brasileiro. Assim como a democracia possa ser entendida como “subproduto da modernização” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.247), Moraes (2009) cita que o pluralismo é um dos elementos essenciais para a democratização da comunicação.

Logo, ratifica-se a relevância da TV Comunitária como oportunidade de proporcionar voz aos cidadãos das comunidades, caracterizando-se como espaço para intervenção local. Por esta vertente, a implantação do Canal da Cidadania no espectro de radiodifusão de TV Aberta deve possibilitar novas discussões sobre a configuração e utilização deste espaço pela comunidade. Há oportunidade para potencializar a participação da comunidade, transformando positivamente sua relação com esses canais à medida que fortaleça seu interesse em apropriar-se da comunicação pública local. Esse objetivo não deve ser omitido e/ou menosprezado, ao contrário, deve ser lembrado como característica primordial a ser perseguida, visto que

existem casos em que poucas pessoas, que são ou se dizem representantes, conduzem o processo de implantação e gestão de canais comunitários de modo isolado e autoritário, com baixíssima participação das organizações comunitárias locais. Seja por falta de envolvimento e interesse das pessoas ou dessas entidades, por falta de oportunidade de participação ativa ou por discordâncias político-operacionais, o fato é que existem canais

---

<sup>4</sup> DTV: abreviatura de *Digital Television*, ou Televisão Digital.

comunitários, não muito comunitários, no sentido de falta de um processo partilhado de ação, embora possam estar agindo em favor da ‘comunidade’ (PERUZZO, 2004, p.04).

Como exposto por Peruzzo (2004), há variações na “qualidade da participação” da comunidade, o que envolve diretamente o modo como vem sendo adotadas estratégias de gestão e produção dos conteúdos. Logo, após dez anos da Lei do Cabo<sup>5</sup> e consequente uso gratuito de espaço nos serviços de TV por Assinatura para disseminação das iniciativas comunitárias, torna-se essencial incluir esse tema na pauta dos projetos de implantação do Canal da Cidadania, com intuito de aperfeiçoar sua atuação, garantindo o uso desse espaço para e com a comunidade. Para tanto, é importante considerar questões relacionadas a tecnologia, constituição de esfera pública e mecanismos de resistência local.

### **Tecnologia: miopia x utopia midiática**

Foi com a frase “A TV é nossa!” que o professor Luiz Fernando Gomes Soares, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), encerrou seu discurso após a assinatura do Decreto 5.820/2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), na cerimônia de instituição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). Foi uma espécie de alusão à frase “O Petróleo é nosso!” (CRUZ, 2008).

Esta analogia também faz sentido quando lembramos que a exploração de petróleo requer desenvolvimento tecnológico, além de envolver muitas negociações, interesses e política. Com o advento da TV digital não foi diferente: tecnologia e política são dois alicerces para as questões que permeiam o antes, o durante e o depois da revolução digital.

E apesar do modelo brasileiro de TV digital já estar definido, Bolaño e Brittos (2007) mencionam que ainda é possível pensar em propostas promissoras, uma vez que não somente proporcionará novos negócios,

mas também ações de políticas públicas tendentes a atacar os graves problemas sociais do país. Mas, além de obstáculos tecnológicos, variáveis econômicas, regulatórias e organizacionais – como em certos casos, a necessidade de vencer as diferenças culturais presentes em organizações com origens em atividades ou em países diferentes – devem

---

<sup>5</sup> Lei 8.977/1995 que dispõe através de operadoras de TV a Cabo a difusão de Canais Básicos de Utilização Gratuita, dentre eles um destinado para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos - a TV Comunitária.

ser superadas para a concretização da convergência, hoje ainda um horizonte distante. (BOLAÑO, BRITTOS, 2007, p. 38)

Porém, enquanto essa visão pondera a influência de variáveis econômicas, regulatórias e organizacionais sobre a concretização da convergência, Jenkis (2009) a exalta por romper paradigmas, proporcionando espaço à mídia alternativa e voz aos cidadãos. Apesar de sua contribuição para análise das transformações do comportamento do “consumidor” com o crescente uso de tecnologias de comunicação, o teórico não evidencia o processo histórico-social de construção do sujeito e sua relação com o cenário midiático. Assim, ao desenvolver suas inferências a partir das consequências da convergência, omite justamente as causas que refletem na sua construção. Exemplifica o impacto das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na política, na economia, na elaboração de estratégias de marcas e no desenvolvimento de conteúdos, mas ressaltando o lugar da convergência como causa, em vez de consequência:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. (JENKIS, 2009, p. 29)

Contudo, Bolaño e Brittos (2007, p. 59) relatam que as dimensões econômico, político e cultural devem ser consideradas na sustentação do aparato tecnológico e portanto, não devemos desprezar a potente atuação do capitalismo para regular o digital nos processos concorrenciais. Como alternativa, caberá à comunicação comunitária, que se delinea às margens, impulsionar novas experiências através do uso crítico das TICs. Ainda que não sejam ações emancipadoras, ao menos que promovam ligeiras mudanças na ordem imposta, através de mobilizações de grupos subordinados (MARTÍN-BARBERO, 2000) e/ou dos ativistas interventores.

Deste modo, entendemos que ao contrário de qualquer positivismo tecnológico, ainda que embasado nas características de aproximação de grupos e aceleração de diálogos entre os mesmos, os processos de transformação devem ocorrer na essência do sujeito, sob as bases das perspectivas histórica e social (HELLER, 2000) para assim influenciar nos usos

da tecnologia. Ao considerar a “origem histórica da torrente” midiática, Gitlin (2003) propõe essa digressão:

Não devemos nos apressar e dizer que a onipresença das mídias é produto da tecnologia que fugiu ao controle, ou da busca de lucros, ou de um impulso para ‘escapar’, ou que a fome de sensações está embutida na natureza humana ou, pelo contrário, é estritamente um produto do ‘capitalismo tardio’. Explicações fáceis nos cegam para a enormidade de fluxos das mídias propriamente ditas. (GITLIN, 2003, p. 38)

Percorrendo esse raciocínio, Gitlin procura desconstruir o pensamento “imediatista” imposto pelo *frenesi* da velocidade e inovação que caracterizam as últimas décadas a partir de embasamento histórico sobre a atuação do sujeito social. Quando cita McLuhan em referência à obra “Os meios de comunicação como extensão do homem”, ressalta que “a humanidade veio antes, com suas fomes e competências” (2003, p.39). Também menciona a influência econômica na evolução tecnológica, mas para concluir seus raciocínios recorre a exemplos baseados no sensorial e no impacto do consumo midiático. Porém, avançando nas explicações sobre esse complexo cenário, Thompson (1998) evidencia que as especificidades técnicas devem ser consideradas, mas sem

obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. (THOMPSON, 1998, p. 19)

Portanto, Thompson (1998) reconhece na vida social e cotidiana o lugar da apropriação dos recursos tecnológicos, sujeitando estes aos seus usos conforme a construção de conteúdos e mensagens. Ressalta a influência da técnica e da tecnologia, mas não a sobrepõe às demais variáveis para compor discussões sobre o panorama midiático, diferentemente de McLuhan (1974) que pauta suas análises pela magnitude tecnológica e sua abrangência.

Ao reconhecer o lugar da tecnologia no desenvolvimento da Indústria Midiática, devemos considerar o viver do homem e a interdisciplinaridade de suas realizações na sociedade. Assim, “o pensamento crítico e dialético impõe-se como elemento-chave para

afugentar o culto celebratório do novo e o alarido por abundância mercadológicas, bem como para qualificar intervenções autenticamente transformadoras da cena pública” (MORAES, 2009, p.19).

Embora seja evidente o uso da tecnologia como facilitador e relevante instrumento que permite a atuação e a expressão de sujeitos sociais atingirem novos espaços e territórios, seu benefício como organizador perceptivo não deve ser superestimado. Por isso, devemos ser cuidadosos ao analisar estudos baseados no determinismo e na relação de causa e efeito no processo de produção e consumo de mídia, desconsiderando a sinergia dos fatos que compõem a realidade.

A abordagem sistemática e reducionista de causa e efeito, desconsidera elementos inter-relacionados na rotina do sujeito social com os meios, assim como omite outros fatores estruturantes desta realidade. Martín-Barbero (2003, p.237) aponta a necessidade de avaliar as implicações das mediações<sup>6</sup>, enquanto Bolaño (2000) sinaliza que a revolução tecnológica deve ser compreendida como parte do processo de desenvolvimento capitalista. A não percepção ou omissão deste fato, dificulta tanto o pleno entendimento sobre as disputas simbólicas, quanto identificação de instituições que visam se apropriar da tecnologia para controlar espaços, assim obstruindo opções de liberdade no contexto cotidiano e na relação da sociedade com os meios.

Nesta perspectiva, para Kellner (2001), muito além da exaltação tecnológica, é preciso ampliar estudos sobre educação crítica da mídia, possibilitando a disseminação de projetos que proporcionem estrutura de conhecimento e de reflexão sobre o que é produzido e entregue pelos meios de comunicação. Esta orientação possui base legal na Constituição Brasileira, apesar das reduzidas ações para regulação de práticas que cultivem a cidadania, promovam a diversidade e estimulem a formação crítica. E se o trabalho intelectual é o elemento central da Terceira Revolução Industrial (BOLAÑO, 2007), torna-se possível a resistência (ainda que parcial) à política mercantil, criando não somente novas estratégias de sobrevivência como possibilitando que a revolução tecnológica seja orientada para transformações sociais baseadas no acesso democrático à comunicação.

O teórico lembra que o Estado representa figura central na política de inclusão digital visando a promoção das TICs na “desconcentração, acesso democrático e controle público” (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p.39). Porém, adicionalmente é válido expor que esta preocupação está direcionada para acesso às tecnologias - algo que gradualmente ocorrerá

---

<sup>6</sup> O estudo das mediações engloba fenômenos intrínsecos nas atividades sociais que ocorrem entre as práticas de produção e recepção no cotidiano.

tal como observamos com a internet e seu rápido crescimento<sup>7</sup> de penetração, sobretudo nas áreas urbanas. Logo, a participação da sociedade poderá continuar sob a égide dos interesses da indústria midiática (e de grupos minoritários que consolidam o poder), caso não ocorra mudança estrutural no processo comunicacional, a começar pela garantia de espaço à diversidade de vozes.

Trata-se de um percurso similar ao que vem ocorrendo com as redes sociais, tendo em vista que os avanços alcançados pelas mobilizações sociais em rede (online) devem ser reconhecidos e respeitados, embora sejam como fagulhas proporcionadas pela comunicação fragmentada e não linear diante da robustez da comunicação massiva. Sob esta tendência, a participação e a construção de discursos locais através dos espectros hertziano e digital devem ser valorizadas, embora sua ocorrência esteja atrelada com à reconfiguração das leis que norteiam o sistema de comunicação brasileiro.

Sobre as novas tecnologias e seus impactos nas identidades culturais, Martín-Barbero (2003) destaca a dicotomia entre discursos que aparecem apartados, ora retrógrados (baseados no retorno ao passado), ora evolucionistas (foco na desvalorização do outro/atrasado). Para o autor, este último pensamento “converte o que resta de identidade nas culturas diversas em mera identidade reflexa - não têm valor senão para valorizar, pelo contraste, a identidade da cultura hegemônica - e negativa: o que nos constitui é o que nos falta, o que nos constitui é a carência” (ibidem, 2003, p.254).

E tal como exposto por Kellner (2001), apesar da multiplicidade de dispositivos de recepção e avanços na tecnologia, essa não é condição *sine qua non* para a formação de indivíduos mais críticos e aptos a avaliar os conteúdos que lhe são apresentados. Se não houver um esforço de mobilizações sociais para ir de encontro aos modelos hegemônicos, apresentando outras opções à sociedade, não será a tecnologia que por si só fará. Deste modo, no ambiente caracterizado pela ausência de regulamentação e de estruturação de processos, devemos buscar menor dependência tecnológica, mas orientação por transformações sociais, fruto de constantes lutas.

Por fim, devemos considerar que o volume exponencial de informações provenientes de diferentes plataformas (Rádio, TV, Internet, etc.) dificulta a ativa atuação dos indivíduos na realização de filtros sobre o que é produzido e entregue. Adicionalmente, a quantificação de possibilidades de acesso aos meios não necessariamente confronta os territórios

---

<sup>7</sup> <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/01/brasil-registra-133-milhoes-de-acessos-a-internet-banda-larga-em-2013>. Acesso em: 25 mai. 2015.

simbólicos construídos, ao contrário, são oportunidades de reforço de mensagens conservadoras e hegemônicas emitidas pela concentração de instituições midiáticas.

Destarte, a combinação de produção de conteúdo com disseminação de informações e apropriação de tecnologias possibilitam a manutenção de poder e acumulação de riquezas pelos oligopólios de comunicação. Enquanto mantém sua hegemonia, promovem a miopia e forjam o culto aos avanços tecnológicos usados como alicerce para as boas novas do ideal democrático. Ademais, a oportunidade de acesso e uso efetivo dos meios como canal dialógico não se estende a todos, promovendo a segregação e a alienação. Portanto, a democracia advinda do “paraíso tecnológico” ainda representa uma utopia para a maioria das sociedades, mantendo grupos a margem.

### **Esfera pública como espaço horizontal e dialógico**

Pelo exposto, a tecnologia e seus recursos devem ser considerados nas estratégias de gestão e produção da TV Comunitária, sendo oportuno o momento de implantação do Canal da Cidadania. Porém, a convergência e mobilidade, assim como uso das redes sociais devem ser inseridos de modo complementar aos espectros hertziano e digital, tal como vem sendo conduzido pelas emissoras comerciais privadas. Isso ratifica a importância das disputas locais pelo uso democrático dos canais comunitários em DTV<sup>8</sup>, espaço para a representação cotidiana dos cidadãos. Nesta perspectiva, entende-se que a tecnologia pode ser um relevante aliado, mas está longe de se consolidar como libertadora e liberadora de esfera pública horizontal e dialógica.

Enquanto notícias massificadas são disponibilizadas para a sociedade e o espírito nacional é reforçado, outras tantas informações não são levadas ao público – seja devido a nítidos interesses de pequenos grupos e/ou, seja devido às publicações dos meios de comunicação priorizarem outras questões (agendamentos). Em qualquer um dos casos, prevalecem estratégias para a manutenção do poder baseadas em táticas financeiras e ideológicas (sentido de Gramsci). Assim, ao longo da história, identificamos momentos de conflitos, alianças e novas disputas de poder entre burguesia e Estado que de certa forma influenciaram na composição dos espaços de comunicação gerenciados por grupos privados.

Neste caso, Habermas (2003) aponta que a sociedade burguesa dos séculos XVII e XIX mantinha aparência de neutralidade de poder em relação à constituição da esfera. No

---

<sup>8</sup> Digital TV



entanto, na atualidade não seria da mesma forma? Procura-se omitir a existência de interesses políticos e econômicos no controle dos meios de comunicação. Evita-se publicar e discutir os impactos sobre a liberação de outorgas de radiodifusão para instituições privadas detentoras de expressivo volume de capital. Os discursos divulgados nos meios massivos parecem adquirir autoridade própria que, uma vez disseminados, são tidos como verdade pela sociedade. Tal qual, a indústria midiática se imbuí como suposta defensora da cidadania, diversidade e pensamento crítico.

Porém, sabe-se que a exclusão é inerente ao capitalismo. Mesmo com o disfarce de agregador, o mecanismo do capital mantém a dinâmica desenhada pela burguesia do século XIX: negar o outro, rejeitar qualquer matriz cultural que não se iguale à sua – reforço de poder e dominância. No campo midiático, por mais que os meios de comunicação busquem omitir ou atenuar esse cenário, a atuação crítica de movimentos sociais locais podem utilizar instrumentos para pressionar o Estado visando efetivar a democratização da esfera pública.

Mesmo com a permanência das empresas comerciais, é possível reivindicar tratamento isonômico para com a implantação de meios de comunicação comunitários. No entanto, tal como observado na reconfiguração da esfera pública burguesa (HABERMAS, 2003), o poder público está imbricado com interesses particulares. Para ruir essa ordem dominante, pode ser elementar a atuação conjunta de ativistas, intelectuais e/ou agentes das “posições subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 2003; LEFEBVRE apud LACOMBE, 2007), que organizem mobilizações e se posicionem a favor de mecanismos de resistência.

A proposta acima mencionada representa uma opção para a TV Comunitária. Sua relevância está justamente em percorrer um caminho de “intervenção local” (MARTÍN-BARBERO, 2003) no cenário de concentração midiática já consolidado cuja origem pode ser identificada através da mudança estrutural da esfera pública exposta por Habermas (2003). No entanto, como já mencionado, embora não necessariamente dependente, a configuração do espaço público pode ser mediada pela tecnologia e pelas mídias. Se fossem cruciais, poderíamos concluir que a esfera pública somente se estabeleceu contraditoriamente na passagem da “interação mediada” para a “quase mediada” (THOMPSON, 1998). Isto porque segundo este autor a interação mediada ocorre interpessoalmente ou através de meios restritos utilizados por pequenos grupos, enquanto a interação mediada é possível através de meios de comunicação de massa. Contudo, se

naquela torna-se menos simples a reciprocidade das trocas comunicacionais e dialógicas, nesta última essa possibilidade não existe ou é extremamente dificultosa.

Por esta vertente, infere-se que o desenvolvimento de esfera pública horizontal e dialógica somente seria possível na interação face-a-face com ação responsiva imediata não mediada, o que de certa forma coincide com o conceito da esfera pública burguesa apresentada por Habermas (2003). Para o autor, o estopim dessa esfera ocorre a partir do surgimento da imprensa crítica, quando diferentes segmentos da sociedade (nobreza e letrados) se reuniam em locais de sociabilização (cafés, salões, etc) para debater assuntos de interesse público. Nesse caso, no entanto, os demais sujeitos sociais são excluídos da interação (de modo consciente ou não), o que provoca paradoxo na proposta de utilização do termo “público”.

Neste aspecto, as contribuições de Habermas (2003) sobre a esfera pública burguesa e sua mudança, assim como a classificação das interações propostas por Thompson (1998) são relevantes para a reflexão sobre as relações sociais diante da evolução histórica da mídia. Contudo, necessitam ser adaptadas para o atual momento com aceleração tecnológica e globalização. Deste modo, ainda que a interação não ocorra presencialmente, mas mediada por dispositivos que possibilitem o retorno imediato e sem filtros ou restrições no envio das mensagens, entende-se que envolve ação recíproca e dialógica.

Isto pode ocorrer, por exemplo, no uso de redes sociais ou aplicativos em que a sociedade contribui com a programação da TV Comunitária, possibilitando que o espaço esteja aberto (público) ao debate para participação de todos os envolvidos. Obviamente, neste caso, a tecnologia deve ser mais uma opção, não anulando a interação face-a-face já mencionada por Thompson (1998). Por outro lado, se o sujeito somente é receptor ou expõe seu pensamento sem nenhum retorno, caracteriza-se um monólogo típico dos meios “tradicionais” de comunicação de massa (TV, Rádio, Jornais e Revistas). Com o advento da internet (nova mídia), embora a tecnologia possibilite troca instantânea e bidirecional, ainda há pendências com a característica “público”, principalmente quando considerada a relação sujeito-produtor de conteúdo.

Nesse ponto, é válido questionarmos se as tecnologias e a proposta do Canal da Cidadania são capazes de prover esfera pública horizontal e dialógica. Possivelmente dependerá do contexto que será delineado a partir das mobilizações sociais que ressignifiquem as construções históricas e culturais. De fato, o cenário poderá continuar dificultoso caso não exista o apoio programado do Estado através de ações político-

econômicas para fortalecimento do espaço social no local. Diante desse cenário pouco favorável com ausência de regulamentações e de possibilidades de financiamento (CABRAL, 2015), há opção de desenvolver estratégias ou jogos (CERTEAU, 1998). Paralelamente, a inserção, engajamento e coleta de opiniões pode ser uma iniciativa promissora.

O espaço público representa o lugar em que há o potencial de disseminar outras opções de conteúdo, pautadas pelo conhecimento, informação e cultura. Desta forma, a TV Comunitária, através do Canal da Cidadania, possui oportunidade de constituir um novo momento para a comunicação pública local. Este espaço deve ser reconhecido tanto “pelo Estado e pela Sociedade Civil” (MORAES, 2009), quanto e especificamente pela própria comunidade aí inserida, para legitimar sua atuação crítica e dialética sobre a realidade construída e representada no cotidiano das cidades.

Com esta compreensão, acreditamos que seja possível desenvolver uma nova esfera pública pautada pela democracia com base na missão da TV Comunitária. Esta deve ser implantada com foco contínuo no ideal de estabelecer uma esfera horizontal – ou seja, acessível a todos, participativa, dialógica e horizontal. Não se trata de uma utopia inalcançável, mas um caminho a ser percorrido através de uma percepção crítica (MORAES, 2009) sobre o lugar da comunicação local diante da atuação de blocos dominantes e seu poder hegemônico. Faz parte da necessidade de equilíbrio de vozes nos processos comunicacionais, sendo respaldo e convite para o exercício da cidadania. Assim, diante da análise relacional e dialógica das forças envolvidas, é conveniente questionarmos: a TV Comunitária seria capaz de “enculturar” as iniciativas populares locais e as reproduzir como processo de resistência?

### **TV Comunitária: intervenção local como resistência**

A regulação do Canal da Cidadania como TV Comunitária disponível em sinal aberto nos diferentes municípios em que for implantado, não somente altera a relação deste no cenário midiático como proporciona abertura para a participação popular. Para tanto, propõe-se a construção de comunicação horizontal e dialógica, sendo oportuno discutir sua atuação a partir de reflexões e rupturas cotidianas. Faz-se necessário aprofundar estudos sobre o potencial desta iniciativa como resistência local perante a apresentação de modelo diferenciado de produção de conteúdos que evitem a lógica hegemônica. Ora, se a

comunicação é uma necessidade cotidiana e espera-se que a TV Comunitária tende a se apresentar como alternativa crítica neste contexto.

Neste caso, há oportunidade de considerar o cotidiano local como ambiente de rupturas com os sistemas, possibilitando compreender as relações sociais instauradas sobre a base da História - “substância da sociedade” (HELLER, 2000). Ou seja, se a vida cotidiana é essencial para reconhecer o fazer social como parte da História, a reconhecemos como atmosfera propícia para contradições e conflitos. Sendo por este *template* que ocorrem os jogos sociais, o esquema de produção de conteúdo televisivo e recepção podem seguir a dinâmica de “multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”, configurando os “modos de proceder e astúcias”, as chamadas redes de antidisciplinas (CERTEAU, 1998, p. 41).

Portanto, no cotidiano e nos hábitos que o permeiam é possível identificar atividades que transformam, ações que tanto são reflexos da dominação quanto do distanciamento, da “suspensão do cotidiano” (HELLER, 2000). Assim, como nas narrativas românticas de Martín-Barbero (2003), a TV Comunitária pode representar convite à experiência, ao engajamento, a sentir a dor e a lutar pela vida, pelo ideal. Enfim, através do subjetivo expressar a voz do coletivo enquanto a relação do conflito é desenvolvida na cotidianidade - na vida do homem (HELLER, 2000).

Segundo Heller (2000), seguir instintivamente é um risco imprescindível e necessário para a vida, faz parte do economicismo do cotidiano e sem o qual não seria viável prosseguir com as atividades corriqueiras. Por outro lado, deve-se questionar sobre a possibilidade de refletir em relação a determinado conteúdo e decidir se continuaremos ou não assistindo. Realizarmos pontuais digressões para avaliar criticamente a mídia (KELLNER, 2001) e sua cultura na qual a comunicação está inserida. Esta análise reflexiva torna possível que a escolha por se envolver mais profundamente com determinado conteúdo (hegemônico ou não) seja consciente.

Neste aspecto, é recomendável observar as práticas culturais e movimentos sociais das cidades em que a TV Comunitária for implantada, também avaliando as tensões e as organizações situadas no cotidiano, na vida local. Sobre esta questão, Martín-Barbero (2003, p.33) faz referência à luta cotidiana como cegueira do marxismo, que se concentra nas formas de opressão a partir das relações de trabalho. No entanto, estudos de Heller (2000) e Lefebvre (LACOMBE, 2007) mostram-se relevantes para a compreensão dessa realidade na qual o popular é evidenciado como espaço de criatividade (MARTÍN-

BARBERO, 2003; CERTEAU, 1998). É no cotidiano que micro rebeliões (CERTEAU, 1998) são instauradas para disputar a “batalha ideológica” (MORAES, 2009) em favor de resistência local ao evitar a hegemonia cultural.

Portanto, a TV Comunitária está imersa nesse local com suas diferentes expressões, sendo a cultura da cidade percebida como espaço não só de manipulação, mas de conflito (MARTÍN-BARBERO, 2003), onde também é revelado o potencial criativo do homem cínico (LEFEBVRE *apud* LACOMBE, 2007) ou do homem comum pela sua astúcia (CERTEAU, 1998).

A esse respeito, espera-se que a TV Comunitária contribua para o desenvolvimento da pedagogia crítica da mídia, possibilitando o questionamento das produções hegemônicas para “cultivar a cidadania, ajudando a formar indivíduos imunes à manipulação, capazes de criticar o que recebem da mídia e de obter informações de diversas fontes, criando-se, assim, uma cidadania bem informada e capaz de ter juízos políticos inteligentes” (KELLNER, 2001, p.430). Como parte do processo, é preciso mobilizar a sociedade para que se envolva nas discussões sobre a produção dos conteúdos. Desta forma, torna-se possível a constituição do consenso (MORAES, 2009) para difusão de ideias libertadoras através de ações promovidas pela TV Comunitária, sem que tais atividades sejam restritivas.

Assim, como a linguagem compõe parte do processo social, é possível que através dela sejam traçadas lutas contra a alienação baseadas nas relações cotidianas do “ser, pensar e agir” (MORAES, 2009; SODRE, 2002; LACOMBE, 2007; CERTEAU, 1998). Uma vez que a linguagem carrega o modo como o mundo é percebido, incluindo os processos históricos e socioculturais, é através dos códigos que a compõem que podemos identificar as representações do cotidiano. Logo, é através da linguagem e de seu uso pelas mídias que alternativas de mudanças podem ser propostas. E conscientes da força do audiovisual, acredita-se que a TV Comunitária, sobretudo com a sua disponibilidade em sinal aberto digital e implantação do Canal da Cidadania, possa se desenvolver como “micro resistência” através de jogos sociais (CERTEAU, 1998), embora não reduza a relevância das demais mídias e expressões comunitárias, as quais devem evoluir para atuação integrada e complementar.

Assim, a articulação descentralizada das TVs Comunitárias e sua atuação multipolarizada em diferentes cidades, reforçando aspectos da cultura local e revitalizando questões desconsideradas pela grande mídia, representa a possibilidade de superar

obstáculos impostos pela hegemonia (sentido de Gramsci) e proporcionar maior equilíbrio no campo comunicacional. Através da dinâmica da comunicação comunitária horizontal, participativa e dialógica, arranjos podem ser forjados pelo homem para provocar fissuras e para romper com o “consumo” programado de conteúdo televisivo. Essa orientação para a TV Comunitária pode parecer utópica, no entanto, Moraes (2009, p. 34) sintetiza que a utopia “torna-se viável quando consegue traduzir o explícito desejo dos sujeitos de realizarem reorientações na vida cotidiana e mudanças nas esferas social, política, econômica e cultural”.

Nisso, os movimentos sociais e a própria comunidade devem se identificar como agentes de transformação e utilizar o espaço da TV Comunitária como instrumento de legitimação. Para tanto, é importante perceber o cotidiano como ambiente de disputas e tensões engendradas pelas questões políticas que cruzam as experiências socioculturais da sociedade. E, inegavelmente, a TV Comunitária estará inserida no lugar em que será “o cotidiano a esfera da vida social carregada de sentido revolucionário” (LACOMBE, 2007, p. 09).

Como exposto, o Canal da Cidadania representa oportunidade de ampliar sua atuação geograficamente (áreas cobertas pelo sinal DTV) e de fortalecer discussões em torno da democratização da comunicação pública. Por outro lado, o avanço tecnológico e a globalização são utilizados como variáveis mercadológicas que reforçam a hegemonia cultural e a acumulação de capitais, em detrimento da comunicação comunitária.

Diante dessas perspectivas, a construção de esfera pública horizontal e dialógica torna-se um ideal distante se baseada apenas nos possíveis benefícios da tecnologia e nas expectativas de uma regulação eficaz e de um cenário político favorável. No entanto, é possível identificar opções para avanços visando a transformação dessa conjuntura através de intervenções locais de resistência.

É sobre esse olhar que o presente artigo propõe estimular a discussão em momento relevante para a TV Comunitária a ser distribuída em sinal aberto digital, no entanto, trata-se de um debate complexo que deve ser ampliado para outros espaços, visto que se na “vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação” (HELLER, 2000, p.37), por outro lado, “embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada” (HELLER, 2000, p.38). Logo, através dos “movimentos” da cotidianidade local, parece possível provocar rupturas e promover reflexões que burlem as regras alienantes. Trata-se de uma batalha

ideológica que reconhece o poder da cultura hegemônica, mas que também vislumbra a astúcia do homem comum de Certeau para constituir espaço local para comunicação horizontal e dialógica.

### **Referências bibliográficas**

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural**: Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

CABRAL, Adilson. **Nossa tv digital**: o cenário internacional da apropriação social da digitalização da tv. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. 3ª edição Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard.

CRUZ, Renato. **TV digital no Brasil**: Tecnologia versus Política. São Paulo: SENAC, 2008.

GITLIN, Todd. **Mídias sem limite**: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LACOMBE, Marcelo. 31º Encontro Anual da ANPOCS. **Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano**. Disponível em:  
[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo\\_05.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf) . Acesso em: 27 de junho de 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORAES, Dênis. **A batalha da mídia**. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2009.

PERUZZO, Cicília. **TV Comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad-x, 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.